



PODER

Forças Armadas no território eleitoral

Militares se distanciam de Bolsonaro, mas mantêm forte resistência ao petismo e observam as chances de Sergio Moro

» INGRID SOARES
» GABRIELA CHABALGOITY*

Na busca pela reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) procura manter o apoio de uma parcela específica do eleitorado: a ala militar. As Forças Armadas, no entanto, já não se mostram mais tão adesistas ao capitão reformado. As instituições castristas evitam transparecer vínculos políticos e deixam claro que serão fieis ao chefe do Palácio do Planalto, não importa quem seja.

Na semana passada, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), Carlos de Almeida Baptista Junior, assegurou que, caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder das pesquisas de intenção de voto, saia vitorioso das eleições, receberá continência como comandante supremo das Forças Armadas. No Planalto, a declaração foi vista como “infeliz” por Bolsonaro, por ser lida como uma sinalização à oposição, apesar de não ter sido essa a intenção de Baptista Júnior.

A decepção dos militares com Bolsonaro é evidente, mas é fato também que Lula segue sendo malvisto na caserna, em razão da imagem de corrupção deixada pelos tempos da Lava-Jato. Mais do que a preferência pelo candidato, no entanto, prevalece o respeito à ordem constitucional. É o que defende o general Paulo Chagas, militar reformado. “O atual comandante da Aeronáutica soube, com precisão, deixar claro que as instituições são órgãos de Estado, e não de governo, o que significa dizer que, seja quem for o presidente eleito, terá a lealdade constitucional das Forças. Os militares como cidadãos, em sua maioria,

Marcos Corrêa/PR



Bolsonaro em cerimônia do Exército: alinhamento com o presidente já não é mais automático

votaram em Bolsonaro em 2018, mas nunca estiveram ‘fechados’ com ele, como não estiveram ‘fechados’ com nenhum outro presidente”, destaca.

Chagas relata um “número significativo” de militares decepcionados com Bolsonaro. Afirma que eles não confiarão o voto ao presidente no primeiro turno e devem optar pela candidatura de Sergio Moro (Podemos). Porém reconhece que, caso a disputa do segundo turno fique entre o atual presidente e Lula, não há chances de escolherem o petista. “Essa atitude é de foro íntimo de cada um e não pode ser

interpretada como coletiva. Hoje, baseado na minha percepção pessoal e na de outros militares com quem mantenho contato, vejo que há um número significativo de militares que não votará mais em Bolsonaro no 1º turno. Mas, ao mesmo tempo, desconheço quem pense em votar em Lula da Silva tanto no 1º como no 2º turno”, complementa.

O deputado federal Capitão Augusto (PL-SP) está confiante. Diz que, no primeiro turno, Bolsonaro pode até perder alguns votos da ala militar. Mas, na segunda votação, se o oponente for Lula, não há a menor

possibilidade de isso ocorrer. “O PT sempre foi inimigo das polícias. Não há a menor possibilidade de votarem no Lula. Vão estar 100% com Bolsonaro”, afirma.

O general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz (Podemos), ex-ministro da Secretaria-Geral do governo, também faz ressalvas ao alinhamento automático com Bolsonaro. “As instituições que compõem as Forças Armadas têm a cultura de cumprir a Constituição, e não existe possibilidade de preferência institucional por qualquer candidato. Individualmente, cada um vota em quem quiser. Não existe



As instituições que compõem as Forças Armadas têm a cultura de cumprir a Constituição, e não existe possibilidade de preferência institucional por qualquer candidato. Individualmente, cada um vota em quem quiser”

Carlos Alberto dos Santos Cruz, general da reserva e filiado ao Podemos

essa “continuação” com Bolsonaro nem aproximação com o outro candidato, o ex-presidente Lula. Isso é exclusivamente individual”, ressalta Santos Cruz.

O distanciamento da caserna com o Palácio do Planalto pode ser observado em três movimentos, segundo a analista de risco político da Dharma Politics, Raquel Borsoi. Ela lembra que, em janeiro, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio, endossou as diretrizes de combate à covid-19 na Força, considerando vacinação, distanciamento, uso de máscaras e a proibição de espalhar fake news sobre a

pandemia. Houve, ainda, o atrito entre Bolsonaro e o diretor-presidente da Agência Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres — que é almirante da Marinha — a respeito da vacinação contra a covid. Por último, a sinalização do comandante da Força Aérea, de prestar continências a quem quer que ocupe o Poder.

“Esses três movimentos são um sinal de que, para alguns — não podemos generalizar —, o ‘pedágio’ de seguir alinhado ao presidente tem se tornado caro. Não entendo que o cálculo seja feito devido à situação social, nem que as Forças irão se alinhar a Lula por acreditarem ser o candidato a solucionar os problemas do país. As Forças Armadas têm conversado com todos os candidatos. O elemento-chave da questão é que, independentemente do resultado eleitoral, as Forças Armadas são um ator importante no debate e na dinâmica política atual e não poderão ser ignoradas por quem ascender ao Planalto”, analisa

Alcides Costa Vaz, professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed), aponta que a resistência a Lula no meio militar responde ao aspecto ideológico. “Bolsonaro ainda tem um grande apoio entre integrantes da corporação. No segundo turno, o que vai determinar é a forma que cada militar avalia a expectativa em Bolsonaro e uma eventual mudança de governo. O fator ideológico dentro das Forças tem peso significativo, o que favorece mais a candidatura de Bolsonaro do que Lula”, conclui.

*** Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Federações e fusões são uma corrida do ouro nas eleições

Começemos pelos conceitos. Segundo Max Weber, partidos políticos são associações que visam determinado fim, seja a realização de um plano objetivo com intuídos materiais ou ideais, seja um projeto pessoal, “destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes”, ou então tudo isso junto. Os “partidos de notáveis” surgem na Europa e nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, inicialmente na Inglaterra, que tem o *parliament* mais antigo, com o *Reform Act* de 1832; e os “partidos de organização de massa”, do final do século XIX, com os partidos socialistas da Alemanha (1875), Itália (1892), Inglaterra (1900) e França (1905). Após a Segunda Guerra Mundial, com a ampliação da democracia representativa e os novos meios de comunicação de massa, ambos os modelos passam a ter características de partidos

eleitorais de massa, mais preocupados em ampliar sua influência do que representar as ideias e/ou os setores dos quais se originaram.

Com o surgimento da internet e a formação de redes sociais, na chamada sociedade pós-moderna, tudo isso foi posto em xeque, provocando uma reação das instituições da democracia representativa e dos próprios partidos. A eleição de Barack Obama, nos Estados Unidos, de certa forma, foi um marco dessa capacidade de assimilação dos partidos. Outro, no sentido contrário, a fragmentação partidária na Europa. Entretanto, não existe democracia representativa sem partidos políticos. Mesmo os movimentos antissistema que surgiram com a crise da democracia representativa acabam convergindo para o sistema partidário, em razão das disputas eleitorais.

Aqui no Brasil, no Império, os partidos foram grandes protagonistas da construção do Estado

moderno e da integridade territorial; entretanto, são responsáveis também pela forte herança escravocrata e a formação de oligarquias na República Velha. Mesmo depois da Revolução de 1930, muita coisa mudou na política para continuar como antes. A partir da Constituição de 1988, as oligarquias encontraram um novo caminho de sobrevivência na proliferação de partidos, decorrente da existência do fundo partidário com recursos públicos. Entretanto, o modelo de financiamento das campanhas eleitorais continuava sendo o secular “caixa dois”, com origem no superfaturamento de obras e serviços, no desvio de recursos públicos e na distribuição de propina em larga escala, que desvirtuaram as “doações eleitorais”.

Partidocracia

A casa caiu com o escândalo da Petrobras e a Operação Lava-Jato.

A REDUÇÃO DRÁSTICA DO NÚMERO DE CANDIDATOS FACILITA A CONCENTRAÇÃO DOS R\$ 5,7 BILHÕES DO FUNDO ELEITORAL NOS ATUAIS MANDATÁRIOS E DESEQUILIBRA A DISPUTA ELEITORAL, PARA MANTER O CONTROLE DO CONGRESSO POR UMA NOVA PARTIDOCRACIA

A jornalista Malu Gaspar, no livro *A organização, a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocoou o mundo* (Companhia das Letras), desnuda o grau de sofisticação e amplitude da corrupção na nossa política. Na sociedade, a reação a isso se deu a partir das manifestações populares de 2013, com a emergência de movimentos cívicos e narrativas antissistema, que resultaram no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2017, e na eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, um tsunami eleitoral, que gerou o desgoverno atual e um Congresso piorado.

Com a captura da Mesa da Câmara e, depois, do Orçamento da União pelo Centrão, PP, PL e Republicanos, principalmente, passaram a ser o eixo de sustentação do governo Bolsonaro no Congresso. Para se perpetuar os atuais mandatos, surgiram as bilionárias “emendas

de relator”, também chamadas de “orçamento secreto” (no ano passado, foram R\$ 16,9 bilhões; neste ano, serão R\$ 16,2 bilhões em emendas), fora as emendas individuais (R\$ 10,5 bilhões) e de bancada (R\$ 5,7 bilhões). E, também, aumentaram o fundo eleitoral para R\$ 5,7 bilhões, distribuídos de acordo com representação na Câmara. A redução drástica do número de candidatos e a possibilidade de fusões e formação de federações partidárias facilitam a concentração desses recursos nos atuais mandatários, desequilibrando a disputa eleitoral e obstruindo a renovação política dentro e entre os partidos. Até as pré-candidaturas à Presidência são desestimuladas e esvaziadas para concentrar recursos.

Controladores das legendas e bancadas federais promovem uma espécie de corrida do ouro, num jogo de cartas marcadas. O

ex-deputado Miro Teixeira, estudioso do sistema eleitoral, está horrorizado com o volume de recursos utilizados no “mercado” de formação de nominatas. “Nunca houve tanta promessa de dinheiro para os candidatos”. Surge uma “partidocracia”, formada por chefes políticos e parlamentares que querem monopolizar o poder político e a participação na vida política organizada da sociedade. É uma contradição com a existência das redes sociais e a capacidade de organização da sociedade de forma autônoma e virtual. Para isso, seria preciso também monitorar, controlar, manipular e centralizar a relação dos partidos nessas redes. Em síntese, a “partidocracia” promove o agglomeramento das oligarquias tradicionais. Os exemplos estão em quase todos os nossos partidos, basta procurá-los em Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre.